

## **O DEBATE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE GLOBALIZAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE: UMA VISÃO CRÍTICA**

**Vicente Valentim**

[vicentedinisvalentim@gmail.com](mailto:vicentedinisvalentim@gmail.com)

Mestrando em Ciência Política (ISCTE-IUL, Portugal). Licenciado em Piano Jazz pela Escola Superior de Música de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa. Concluiu o *Minor* em Ciência Política na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

### **Resumo**

Neste artigo teórico, apresento de forma crítica o debate em curso sobre a relação entre globalização, pobreza e desigualdade, recorrendo à tipologia proposta por Held & McGrew (2007), que divide os autores em duas abordagens principais: os globalistas e os céticos. Na primeira abordagem, podemos fazer a distinção entre globalistas neoliberais e globalistas transformacionistas. Na segunda, fazemos a distinção entre os céticos realistas e os céticos marxistas. Irei analisar os pensadores mais importantes de cada uma dessas quatro abordagens, resumindo os argumentos mais influentes que avançam para sustentar os seus pontos de vista. Ao agrupar os pontos de vista desses autores, indicarei as semelhanças e as diferenças entre as quatro perspetivas para, assim, contribuir para tornar o debate mais claro. Numa outra seção, examino criticamente esses argumentos, identificando alguns dos seus pontos fortes e fracos.

### **Palavras-chave**

Globalização; Desigualdade; Pobreza; Globalismo; Ceticismo.

### **Como citar este artigo**

Valentim, Vicente (2016). "O debate sobre a relação entre globalização, pobreza e desigualdade: uma visão crítica". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 7, N.º 2, Novembro 2016-Abril 2017. Consultado [online] em data da última consulta, [observare.autonoma.pt/janus.net/pt\\_vol7\\_n2\\_art4](http://observare.autonoma.pt/janus.net/pt_vol7_n2_art4) (<http://hdl.handle.net/11144/2783>)

**Artigo recebido em 5 de Fevereiro de 2016 e aceite para publicação em 19 de Setembro de 2016**





## **O DEBATE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE GLOBALIZAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE: UMA VISÃO CRÍTICA<sup>1</sup>**

**Vicente Valentim<sup>2</sup>**

### **1. Introdução**

Este artigo teórico visa introduzir os principais argumentos que polarizam o debate sobre a relação entre globalização, pobreza e desigualdade, numa abordagem crítica.

Este debate é extremamente importante. Em primeiro lugar, a sua importância baseia-se no facto de no seu núcleo se encontrar uma preocupação com a miséria humana e a maneira mais eficaz para lidar com ela. Além disso, nos últimos anos, as divergências sobre esta questão provocaram uma intensa controvérsia, não só a nível académico, como também a nível político, com os distintos lados a defenderem conjuntos divergentes de propostas de políticas para combater a pobreza e a desigualdade. Esta discordância gerou uma grande quantidade de literatura sobre este tema nos últimos anos.

Neste contexto, este artigo tem dois objetivos principais. O primeiro é apresentar os principais pontos de vista relativamente a este relacionamento, referindo o pensamento de alguns dos seus autores mais influentes. Nesse sentido, abordarei a posição defendida por cada um desses pontos de vista relativamente aos seguintes três pontos: se a globalização é um fenómeno empiricamente verificável, ou não; de que forma, se é que existe, a globalização, a pobreza e a desigualdade interagem; e que tipo de políticas se devem conduzir para combater a pobreza e a desigualdade. O foco temporal do artigo é sobre a evolução pós-guerra fria, pois este foi o período em que os vários debates sobre a globalização se intensificaram, incluindo aquele que artigo aborda. No entanto, far-se-ão referências ocasionais a estudos anteriores cuja influência não nos permite deixá-los de lado.

O segundo objetivo do artigo é analisar criticamente as respostas dadas a estas perguntas pelas várias perspetivas apresentadas, focando alguns de seus pontos fortes e fracos.

Realizarei estes dois objetivos dividindo os pontos de vista de estudiosos distintos de acordo com duas opiniões, e cada uma das quais será posteriormente subdividida em duas perspetivas. Tal divisão é extremamente útil, pois permite identificar semelhanças e diferenças entre o pensamento de um grande número de estudiosos, tornando assim o debate muito mais claro.

---

<sup>1</sup> A tradução deste artigo foi financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia – no âmbito do projeto do OBSERVARE com a referência UID/CPO/04155/2013, e tem como objectivo a publicação na Janus.net. Texto traduzido por Carolina Peralta.

<sup>2</sup> O autor gostaria de agradecer a Emmanouil Tsatsanis por toda a sua ajuda preciosa e sugestões, assim como aos dois *referees* anónimos, cujos comentários melhoraram substancialmente o texto.



Os critérios utilizados para dividir os estudiosos em diferentes perspectivas tiveram em consideração que o debate compreende duas dimensões: uma analítica, ou empírica, e uma normativa (Gilpin, 2001). A dimensão empírica tem a ver com a questão se os estudiosos entendem a globalização como um processo real e poderoso, ou não. A dimensão normativa analisa se os estudiosos acreditam, ou não, que as consequências da globalização sobre os níveis gerais de pobreza e desigualdade são, apesar de tudo, positivas.

Os estudiosos apresentados neste artigo serão divididos de acordo com a sua posição relativamente a estas duas dimensões, seguindo a tipologia apresentada por Held & McGrew (2007). Segundo estes autores, em primeiro lugar podemos identificar uma oposição em toda a dimensão empírica, entre estudiosos globalistas - transformacionistas e neoliberais -, que consideram a globalização como um fenómeno observável, e estudiosos céticos - marxistas e realistas -, que não consideram. No que respeita à dimensão normativa, podemos colocar os estudiosos neoliberais numa extremidade, pois são altamente favoráveis a políticas que provocam uma maior integração no mercado. No polo oposto situam-se os marxistas, que encaram a globalização como um processo normativamente indesejável. Os transformacionistas encontram-se no meio, pois mesmo acreditando que a globalização trouxe muitas consequências negativas, as suas prescrições políticas são geralmente no sentido de *mudar a maneira* como a integração é feita, não no sentido de tentar *pará-la*. Os realistas têm uma posição mais ambígua sobre esta questão, uma vez que encaram os resultados gerais do processo de globalização como sendo positivos ou negativos. Em vez disso, argumentam que esses resultados não são mais do que reflexos das interações entre estados distintos com relações de poder desiguais, cada um perseguindo seus próprios interesses nacionais.

Antes de entrarmos na discussão propriamente dita, é importante definir os três principais conceitos que este artigo examina. O primeiro é o da globalização. Neste artigo, adoto a definição de Steger (2003: 13), para quem esta é

*"um conjunto multidimensional de processos sociais que criam, multiplicam, prolongam, e intensificam interdependências e trocas sociais em todo o mundo, ao mesmo tempo que promovem nas pessoas uma consciência crescente do aprofundamento das conexões entre o local e o distante".*

Na mesma linha de pensamento deste autor, eu assumo que a globalização compreende quatro dimensões principais: económica, política, cultural e ecológica. O debate aqui em causa refere-se à primeira, à qual Steger (2003: 37) se refere como

*"a intensificação e prolongamento de inter-relações económicas em todo o mundo".*

Central a esta dimensão é a extensão do alcance dos mercados em todo o mundo, que cria novas ligações entre as economias nacionais.



O segundo conceito central é o da desigualdade. Existem vários tipos de desigualdade: as pessoas podem ser desiguais em termos de acesso à saúde, poder, segurança, ou rendimentos, por exemplo. Este artigo refere-se a este último tipo. No entanto, mesmo quando nos concentramos exclusivamente no rendimento, a desigualdade pode ser medida de acordo com conceitos diferentes. É preciso distinguir a desigualdade entre os países medida através das diferenças observadas nos rendimentos de cada um desses países; a desigualdade entre os países medida através das diferenças observadas nos seus rendimentos médios, ponderada pela sua população; e a desigualdade entre os indivíduos do mundo, independentemente do país em que vivem (Milanovic, 2006: 1).

Em terceiro lugar, a respeito da pobreza, confio na definição avançada pela UNESCO (2016: 1), segundo a qual

*"a pobreza de rendimentos é quando o rendimento de uma família não consegue cumprir um limite estabelecido federalmente que difere entre países".*

Um padrão normalmente utilizado para a definição da pobreza extrema é o limiar de \$1 por dia (paridade de poder de aquisição dos EUA).

Uma vez definidos estes três conceitos, o resto do artigo estrutura-se da seguinte forma: a segunda e terceira secções abordam o primeiro objetivo do artigo - apresentar as quatro principais perspetivas que polarizam o debate sobre a globalização, pobreza e desigualdade. Começo por apresentar as duas perspetivas globalistas e continuo com a apresentação das abordagens céticas. Em cada perspetiva, examino as três questões mencionadas acima: se os estudiosos acreditam, ou não, que a globalização é um fenómeno empiricamente observável; qual é a natureza da relação entre globalização, pobreza e desigualdade, se é que essa relação de facto existe; e quais as políticas que devem ser seguidas para combater a pobreza e a desigualdade. Posteriormente, a quarta secção analisa o segundo objetivo: o de avaliar criticamente as quatro perspetivas apresentadas nas secções anteriores. Finalmente, a quinta secção conclui o artigo, referindo-se às suas principais contribuições.

## **2. Os globalistas: transformacionalistas e liberais**

Quanto ao primeiro ponto que irei abordar - se a globalização é um fenómeno empiricamente observável ou não - há concordância nas duas perspetivas globalistas em discussão. Tanto os autores transformacionalistas como os neoliberais consideram o processo de globalização como algo significativamente diferente de todos os outros processos que a humanidade tem testemunhado. Assim, a discussão entre essas perspetivas incide sobre os restantes dois pontos aqui em discussão: a maneira como a globalização interage tanto com a pobreza como com a desigualdade; e o tipo de políticas que devem ser seguidas para combater a pobreza e a desigualdade. Posto de forma clara, as suas discordâncias giram em torno da dimensão normativa de Gilpin (2001).

Relativamente ao facto de a globalização ter uma relação com a pobreza e a desigualdade ou não, os neoliberais afirmam que tem, e que o resultado dessa relação é maioritariamente positivo. De acordo com este ponto de vista, a globalização conduz a



níveis de pobreza e desigualdade mais reduzidos porque permite que empresas estrangeiras invistam nos países pobres, criando assim novos empregos e promovendo o crescimento económico que tira as pessoas da pobreza (Stiglitz, 2001).

Além disso, a remoção de tarifas de comércio permite a criação de um mercado competitivo a nível global, onde o protecionismo é desencorajado, o que significa que os países pobres têm mais facilidade em exportar os seus produtos (Martell, 2010). Mais uma vez, isso conduz a melhores oportunidades comerciais, à criação de emprego e ao crescimento económico, bem como à criação de uma divisão de trabalho mundial, o que aumenta as hipóteses de desenvolvimento dos países pobres (Held & McGrew, 2007). Além disso, a globalização provoca níveis mais elevados de partilha de conhecimentos que podem beneficiar as atividades económicas dos países pobres (Friedman, 2005), bem como a liberalização das finanças, o que incentiva o investimento estrangeiro nessas nações (Martell, 2010). E o facto de os países estarem abertos à ajuda externa tem permitido um grande número de programas de desenvolvimento que lidam com problemas como a SIDA, a educação, e muitos outros (Stiglitz, 2001).

Por outro lado, os transformacionistas também veem uma relação entre globalização, pobreza e desigualdade, mas, em nítido contraste com a perspetiva neoliberal, consideram que o resultado dessa relação é maioritariamente negativo. De acordo com este ponto de vista, o processo contemporâneo da globalização empurra para níveis *mais altos* de pobreza e desigualdade.

Os autores transformacionistas criticam vários pontos do argumento neoliberal. A primeira crítica é que há um alto nível de hipocrisia por parte dos Estados desenvolvidos: mesmo que exerçam pressão sobre os países pobres para que eliminem as restrições sobre o comércio, a maioria deles não remove as *suas próprias* restrições (Held & McGrew, 2007). Mas, mesmo que não houvesse essa hipocrisia, a liberalização do comércio quando os países estão em fases de desenvolvimento desigual deixa os países pobres sem hipótese de competir com produtos provenientes de países mais ricos (Martell, 2010). Além disso, a nova divisão do trabalho que os neoliberais elogiam não está realmente a reduzir os níveis de desigualdade e pobreza. Em vez disso, apenas *remodela* os seus padrões: em vez de uma divisão Norte-Sul, agora temos vencedores da globalização versus perdedores da globalização (Hoogvelt, 2001). Além disso, a desregulamentação financeira traz consigo saídas abruptas de dinheiro, o que torna as economias dos países em desenvolvimento muito instáveis (Stiglitz, 2001). E, na medida em que a ajuda externa é vista, força os países pobres a realizarem ajustamentos estruturais que conduzem a maiores níveis de pobreza e desigualdade (Martell, 2010). Por causa disso, até mesmo os programas de assistência estrangeiros que conduziram a resultados positivos acabaram por deixar o país ajudado com grandes dívidas para pagar (Stiglitz, 2001).

As razões acima mencionadas fizeram com que os transformacionistas tivessem problemas com a ideia neoliberal que a globalização conduz a níveis mais baixos de pobreza e desigualdade. Enquanto para os neoliberais são os níveis insuficientes de abertura comercial e financeira os responsáveis pelos níveis persistentes de desigualdade e pobreza, para os transformacionistas é o próprio processo de globalização que deve ser visto como a principal explicação para tais níveis.

Para ilustrar esta discussão sobre como a globalização, a pobreza e a desigualdade interagem, é importante olhar para os resultados de alguns estudos empíricos influentes.



Debrucemo-nos primeiro sobre a desigualdade dentro de cada país. Kuznet é autor de um estudo famoso publicado muito antes do fim da guerra fria (1955), onde analisa as economias dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, concluindo que a evolução da desigualdade dentro de cada país segue o que ficou conhecido por Curva de Kuznet: inicialmente – no início da industrialização e da urbanização – a desigualdade dos rendimentos tende a aumentar. Mas, num segundo período,

*"uma variedade de forças convergiu para reforçar a posição económica dos grupos com rendimentos mais baixos" (Kuznet, 1955: 17),*

reduzindo assim a desigualdade.

No entanto, tem havido algumas objeções a essa ideia. Um autor famoso que a desafiou é Piketty de (2014), que estudou a distribuição da riqueza em França, Estados Unidos e Grã-Bretanha, através de um intervalo de tempo longo de um século – no caso dos dois países anglo-saxões – e de mais de dois séculos – no caso da França. A partir desta análise, Piketty conclui que, historicamente, a desigualdade dentro dos países tem assumido a forma de Curva em U: após os grandes níveis de desigualdade registados antes da Primeira Guerra Mundial, o período do pós-guerra assistiu a uma diminuição destes níveis. No entanto, desde a década de 1980 tem havido um novo aumento dos níveis de desigualdade, uma descoberta que levou o autor a argumentar que poderíamos estar a entrar numa nova *Belle Époque*.

Estes dois estudos são um primeiro sinal de que tanto os globalistas como os neoliberais têm dados empíricos que sustentam as suas reivindicações. Também encontramos essa controvérsia quando nos concentramos sobre a desigualdade entre países. Por exemplo, os dados de Milanovic (2011: 4) sugerem que em meados do século XIX,

*"a relação entre a parte superior e a parte inferior (do rendimento médio do país) teve um rácio inferior a 4 para 1".*

Mas esse rácio aumentou significativamente de 100 para 1 em 2007, o que significa, portanto, que a maioria das atuais diferenças de rendimentos a nível global dependem da localização.

Por outro lado, os autores neoliberais assumem que o crescimento é a distribuição neutra, o que significa que mudanças na desigualdade de rendimentos ao longo do tempo não estão correlacionadas com os níveis de crescimento económico. Assim, se o nível de crescimento económico não conduz, *por si só*, a uma maior desigualdade de rendimentos, então os níveis mais elevados de crescimento levarão a uma diminuição nos níveis absolutos de pobreza (Ravallion, 2004).

O famoso estudo de Dollar & Kraay's (2004) faz uma afirmação semelhante. Além disso, estes autores desenham umnexo de causalidade entre abertura comercial e crescimento: a subida dos níveis de crescimento que acompanham a integração no mercado traduz-se num aumento proporcional do rendimento dos pobres, o que explica a diminuição dos



níveis de pobreza absoluta que esses autores têm encontrado nos países globalizantes. Além disso, sustentam que os chamados "globalizadores" (isto é, países em desenvolvimento que abriram as suas economias ao comércio mundial) estão a alcançar os países ricos, enquanto os países que não se abriram à economia mundial estão a ficar para trás. No entanto, os autores reconhecem que a globalização produz vencedores e perdedores, especialmente no curto prazo, e alertam para a necessidade de adotar políticas sociais como complemento à abertura do mercado. Contudo, sustentam que, devido ao facto da integração no mercado produzir riqueza, os estados globalizantes estarão mais bem posicionados para implementar essas políticas.

Examinemos agora a última definição de desigualdade, a que é medida entre indivíduos, sem olhar ao país em que vivem. Alguns autores (por exemplo, Fischer, 2003) defendem que não se pode encontrar uma tendência para níveis mais elevados deste tipo de desigualdade em todo o mundo, porque os países com grandes populações, como a Índia e a China, estão a ficar mais ricos. Da mesma forma, Sala-i-Martin (2006) escreve que, após o pico no final dos anos setenta, a desigualdade mundial diminuiu consistentemente ao longo dos anos oitenta e noventa - o período de maior integração no mercado.

No entanto, também existe alguma controvérsia sobre este ponto. Alguns estudiosos transformacionalistas discordam do ponto de vista segundo o qual o enorme crescimento da China e da Índia nas últimas décadas comprova que a integração no mercado deve ser encarada como um caminho para a expansão económica. Pelo contrário, de acordo com autores como Martell (2010), o sucesso destes países deveu-se, em parte, ao facto de que foram, por vezes, capazes de *restringir* a globalização e proteger as suas indústrias da concorrência feroz da economia global.

Os casos da Índia e da China também chamam a nossa atenção para uma questão metodológica que poderá explicar a razão pela qual os vários estudos produzem resultados diferentes: a necessidade de ter em conta as características específicas de cada país, a fim de chegar a conclusões sólidas sobre os efeitos da globalização em relação aos níveis de pobreza e desigualdade. Alguns autores (por exemplo, Srinivasan & Bhagwati, 1999) argumentam que se deviam seguir estudos de caso em profundidade, em vez de estudos regressivos entre países, pois estes últimos são incapazes de apreciar adequadamente algumas diferenças relevantes entre casos. Caso contrário, pode acontecer que os resultados de um estudo dependam dos países específicos incluídos na amostra.

Antes de avançarmos para o último ponto a ser discutido - o que diz respeito às políticas propostas por cada perspectiva - deve referir-se que alguns autores neoliberais argumentam que a discussão em torno dos níveis de desigualdade é realmente irrelevante enquanto a pobreza em termos absolutos estiver a diminuir. Se os pobres estão a melhorar os seus rendimentos, será que realmente importa que as diferenças entre eles e os mais ricos estejam a aumentar?

Este ponto de vista é bem expresso por autores como Lucas (2004) e Feldstein (1999). O primeiro afirma que o potencial para elevar os padrões de vida das populações mais pobres do mundo é muito maior se nos concentrarmos na melhoria dos níveis de pobreza do que nos centrarmos na promoção da igualdade. Feldstein defende que o foco na desigualdade, em vez de na pobreza, é uma violação do princípio de Pareto, que afirma que todas as políticas que trazem uma melhoria para alguns, sem piorar a condição de ninguém, devem ser postas em prática.



No entanto, este ponto de vista também está sujeito a debate. Por exemplo, Milanovic (2007) argumenta que o rendimento de outras pessoas também entra na nossa função de utilidade pessoal. Isto porque em todo mundo toda gente inevitavelmente compara o seu nível de rendimento com o dos outros, e terá um sentimento de injustiça quando confrontado com o facto de a diferença em relação aos outros estar a aumentar.

Tendo em conta os dois pontos de vista teóricos divergentes e os resultados contrastantes dos estudos empíricos mencionados, não constitui surpresa que os estudiosos destas duas perspetivas também discordem em relação ao último ponto que pretendo discutir aqui: quais as prescrições políticas com melhor hipótese de reduzir os níveis de pobreza e desigualdade. Por um lado, como mencionado acima, a visão neoliberal sustenta que a remoção de barreiras ao comércio internacional leva a maiores níveis de crescimento económico, que por sua vez melhora a condição dos mais pobres. De acordo com esta perspetiva, a globalização é uma força que conduz a menos pobreza, e deve, portanto, ser prescrita (por exemplo, Dollar e Kraay, 2004). O efeito da globalização sobre a pobreza é considerado benigno e, assim, *mais globalização*, através de uma maior integração no mercado global, é o caminho para a erradicação da pobreza que ainda persiste.

Por outro lado, conforme também mencionado acima, os estudiosos transformacionistas defendem que a globalização está a conduzir ao aumento dos níveis de desigualdade, e que devem ser tomadas medidas para neutralizar esse efeito. Esta escola propôs uma série de modelos ambiciosos de regulação do mundo, através da criação de organismos políticos democráticos supranacionais, que seriam tanto representativos como responsáveis perante a população do mundo (por exemplo, Held & McGrew 2007; Rodrik, 2011). Seja qual for a configuração específica desse governo mundial, seria capaz de implementar políticas de combate à desigualdade e à pobreza. Alguns exemplos concretos de políticas mundiais para combater a desigualdade são as propostas por Piketty (2014), que defende impostos progressivos globais sobre o capital, em articulação com um elevado nível de transparência das finanças; ou a proposta avançada por Milanovic (2006) de transferências de rendimentos a nível nacional, tendo em conta a desigualdade dentro do país, bem como entre países.

### **3. Os cétricos: realistas e marxistas**

Esta terceira seção tem como objetivo discutir duas abordagens cétricas à globalização: a realista e a marxista. Quanto ao primeiro ponto em análise neste artigo, tanto os cétricos realistas como os marxistas argumentam que os globalistas tendem a exagerar a relevância empírica do processo de globalização, bem como o seu carácter inovador. No entanto, existem diferenças importantes entre estes dois pontos de vista.

Começamos com a escola realista, que se concentra principalmente na relação entre os estados. Para esses estudiosos, não podemos falar de um verdadeiro processo de globalização económica, pois isso exigiria uma verdadeira economia integrada, algo que verdadeiramente não existe. Em vez disso, o que podemos encontrar é a *interdependência*: nada mais do que uma relação de mutualismo entre estados (Waltz, 1999). As relações de poder entre estados ainda são importantes, e sem compreendê-las, não podemos apreciar plenamente as interações que ocorrem a nível mundial (Wolf, 2002). A visão realista do cenário internacional é a de anarquia, com cada estado a tentar defender os seus próprios interesses. Na definição desses interesses, grupos sub-estatais





desempenham um papel importante. Portanto, nos seus assuntos *externos* os estados comportam-se de maneiras que são determinadas em grande parte pela pressão exercida sobre eles pelos seus grupos *internos* (Gilpin, 2001).

Devido a este ponto de vista, os realistas são também céticos em relação à segunda questão em análise: a existência de uma relação entre a globalização, a desigualdade e a pobreza. Na verdade, um dos pensadores realistas mais proeminentes, Krasner (1985), argumenta que a maioria dos estudiosos tende a exagerar a importância das questões económicas, ignorando outras condições importantes, especialmente as políticas. A divisão entre os estados poderosos do Norte e os estados menos poderosos do Sul não constitui nada de novo. Na verdade, é

*"uma das características que definem o atual sistema internacional"*  
(*ibidem*: 267).

Com uma visão um pouco diferente, Gilpin (2001) reconhece o facto que desde o fim da Guerra Fria, as questões económicas têm tido uma importância que não tinham antes. Este autor realista defende a necessidade de tomar as questões económicas em consideração quando se estuda a situação da desigualdade atual. Mas reafirma que devemos ter cuidado para não nos concentrarmos *excessivamente* na economia. Fazer uma distinção muito clara entre os assuntos económicos e os relacionados com a segurança pode induzir em erro, porque

*"o sistema político e de segurança internacional fornece a estrutura essencial dentro da qual a economia internacional funciona"*  
(*ibidem*: 22-23).

A distinção entre economia e política deve ficar clara se considerarmos os diferentes objetivos de cada uma. A primeira supostamente explica a forma como as interações entre mercado e os agentes económicos têm lugar. Mas é tarefa da última decidir *quais as políticas* que devem ser tomadas. Até não regulamentar o mercado é uma escolha política - que é feita *pelos estados*. Portanto, longe de ser verdadeiramente global e ingovernável, os realistas sustentam que a economia mundial contemporânea é realmente dominada pelos estados mais poderosos:

*"a Tríade formada pela Europa, Japão e América do Norte"* (Hirst, 1997: 410).

Em suma, os realistas sustentam que colocar o foco na relação entre globalização, pobreza e desigualdade é não perceber a questão. São os estados, e não o processo de globalização, que são os culpados pelos sucessos ou fracassos subjacentes a estes problemas. Assim, em relação ao último ponto em análise - quais as políticas mais adequadas para lidar com a pobreza e a desigualdade -, os realistas defenderiam a adoção de medidas específicas estatais, aquelas que permitem que os países em



desenvolvimento possam alcançar os mais desenvolvidos economicamente. Na sua opinião, e apesar de alguns países em desenvolvimento estarem atrasados, o facto de alguns países da América Latina e do Leste Asiático estarem a alcançar os mais desenvolvidos economicamente prova que as diferenças entre países são produto das diferentes estratégias desenvolvidas por cada um deles (Held & McGrew, 2007).

O segundo grupo de pensadores céticos a ser apresentado aqui é o marxista. Como mencionado acima, os marxistas e os realistas compartilham o mesmo ponto de vista quanto ao facto dos globalistas tenderem a exagerar a relevância empírica do processo de globalização. A diferença é que para os estudiosos da globalização marxistas (por exemplo, Cammack, 2014), os textos de Marx e Engels são a melhor forma de entender o atual processo de globalização. Isso porque o mundo do qual estes autores falavam - aquele onde o capitalismo se tornaria uma força dominante em todo o mundo - só apareceu na recente ascensão da economia globalizada.

No entanto, deve notar-se que existem algumas diferenças importantes entre o pensamento de Marx e os desenvolvimentos recentes da abordagem marxista. Enquanto o primeiro argumentou que a expansão do capitalismo ao mundo inteiro conduziria à formação de sociedades capitalistas com características semelhantes às das sociedades capitalistas ocidentais, os últimos consideram esse processo de globalização como um processo de imperialismo conduzido pelo Ocidente, mais concretamente pelos Estados Unidos (por exemplo, Kumbamu, 2010). De acordo com a visão contemporânea, a globalização levou à criação de uma relação de dependência dos países periféricos em relação aos centrais, em vez de conduzir ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo e transformá-los em sociedades capitalistas avançadas.

Os estudiosos marxistas suspeitam da verificabilidade empírica da globalização, principalmente porque consideram a globalização mais como uma questão retórica do que uma empírica. Ao associar a globalização ao imperialismo, estes autores argumentam que o discurso neoliberal hegemónico - segundo o qual os resultados da integração nos mercados reforçada para as condições materiais da população mundial são, apesar de tudo, benignos - não é mais do que atirar poeira aos olhos do público para impedi-lo de realizar os níveis crescentes de desigualdade de classe em todo o mundo, tornando o objetivo imperialista neoliberal mais viável (Berberoglu, 2010). E porque

*"o domínio imperial evidente resulta em guerras dispendiosas e perturbação, especialmente entre uma ampla gama de classes afetadas negativamente pela presença imperial"* (Petras & Veltmeyer, 2011: 136),

este tipo de camuflagem é necessário para conquistar o apoio das classes dominantes, bem como o da população em geral, em países dominados pelas forças imperialistas.

Outra grande diferença entre esta abordagem e a dos estudiosos realistas diz respeito ao papel crucial que os últimos atribuem ao estado para determinar o estado atual das coisas. Isto é ilustrado pelo facto de um dos mais famosos estudiosos da globalização marxista, Wallerstein (2004), ter elaborado a sua bem conhecida análise dos sistemas mundiais em grande parte por causa da sua insatisfação com a centralidade que os



debates sobre a globalização atribuem ao estado. Segundo este autor, em vez disso deve-se olhar para o mundo em que vivemos como um sistema único, cujas raízes remontam ao século XVI, e para o desenvolvimento do capitalismo. Desde então, o crescimento do capitalismo e a expansão do sistema mundial moderno têm sido concomitantes, com o primeiro a atuar como a força unificadora deste último, que carece de um modelo político ou de uma cultura comum capaz de agir como tal. Mesmo se o estado pudesse ter um papel importante neste processo, não é o seu principal ator – assim como o indivíduo não o é. A principal força motriz da natureza imperialista da globalização contemporânea é, em vez disso, o *mercado* (Cammack, 2014).

Deste ângulo, a perspectiva marxista alinha-se com a neoliberal na sua visão da economia como elemento central no processo de globalização. No entanto, a primeira apresenta um quadro muito mais sombrio das consequências das forças económicas, assim como das razões que lhe estão subjacentes, do que a última.

Dado que na visão marxista do processo de globalização os estados periféricos têm uma relação de dependência para com os centrais, é difícil falar sobre receitas políticas para lidar com a pobreza e a desigualdade. A globalização é considerada como um *processo* no qual surgem novas formas de divisão do trabalho, levando à criação de uma luta de classes em todo o mundo. Assim, a luta contra as consequências da globalização não é algo que pode ser feito de uma forma de cima para baixo ao nível de estado. Dito isto, os autores marxistas não pensam na globalização como algo que não possa ser parado. Pelo contrário, sustentam que o seu desenvolvimento foi desencadeado por decisões conscientes tomadas por atores humanos. Portanto, poderiam ter sido tomadas diferentes decisões, e ainda há tempo para mudar o curso atual da globalização. Assim, estes estudiosos pedem uma organização das forças de trabalho sob uma liderança competente, permitindo assim que a classe operária enfrente as forças do capitalismo, colocando um ponto final à sua exploração (por exemplo, Berberoglu, 2010). Sem esse tipo de reação não pode haver uma maneira de parar o imperialismo. E, enquanto o imperialismo persistir, o mesmo acontecerá à pobreza e à desigualdade global.

#### **4. Uma discussão crítica da perspectiva transformacionalista, neoliberal, realista, e marxista**

A última seção apresentou os principais argumentos avançados pelas quatro teorias em análise neste artigo. Esta secção analisa-las brevemente de forma crítica.

Relativamente à dimensão empírica, parece ser cada vez mais difícil argumentar que o processo de globalização contemporâneo não é algo fundamentalmente novo, como os céticos dizem. Certamente que tem os seus antecedentes. Mas poucos, se os houver, são os fenómenos humanos cujo início é tão radical e imprevisto que não tenham antecedentes. Na maioria das vezes, os fenómenos desenvolvem-se como uma acentuação das tendências anteriores que, a partir de um certo ponto, tornam-se algo novo. Isto é, eu diria que o que aconteceu com o processo de globalização, como as últimas décadas testemunharam, foi uma série de desenvolvimentos que constituem um salto qualitativo para algo que não existia antes.

No entanto, isso não nos deve levar a perder de vista alguns dos pontos fortes das perspectivas dos céticos. Por exemplo, a visão marxista segundo a qual a globalização levou à construção de relações desiguais entre países é, até certo ponto, partilhada por



alguns estudiosos não-marxistas (por exemplo, Steger, 2003). Além disso, em relação à perspectiva realista, deve-se reconhecer que cada estado ainda tenta defender os seus próprios interesses, e que a sua capacidade de fazê-lo é uma função de seu poder relativo em relação aos outros. Mais uma vez, esta é uma posição que é mantida até mesmo por estudiosos não-realistas. Por exemplo, Rodrik (2011) argumenta que sempre que houver conflito entre os interesses nacionais e os supranacionais, os estados tendem a favorecer os primeiros em detrimento dos últimos. No entanto, a defesa de um estado dos seus próprios interesses tem lugar no seio de uma teia complexa e em constante mudança de outras relações que ocorrem simultaneamente. Muitas vezes, essas relações têm resultados conflitantes e imprevisíveis. A prossecução dos interesses próprios de um estado é, assim, influenciada por uma série de fatores que não controla, a maioria dos quais trazidos pela globalização contemporânea.

As razões acima expostas levam-me a alinhar com a perspectiva globalista no que respeita à dimensão empírica. Em relação à dimensão normativa, no entanto, sou incapaz de concordar com a perspectiva neoliberal, porque algumas das provas que atestam os crescentes níveis de desigualdade causados pela globalização ilimitada são difíceis de refutar. Não se deve ignorar tal facto, mesmo que os níveis absolutos de pobreza estejam, na verdade, a diminuir. Porquanto os benefícios da globalização devem ser repartidos de forma equitativa, a desigualdade é um problema em si e deve ser abordado como tal.

Para além das questões económicas, uma das maiores preocupações relativamente aos altos níveis de desigualdade está relacionada com as suas consequências políticas. O discurso neoliberal tende a associar liberdade de mercado a benefícios que vão além da esfera económica, como a promoção da democracia. No entanto, embora o capitalismo e a democracia possam efetivamente conviver, os altos níveis de desigualdade de rendimentos ameaçam algumas das premissas básicas da democracia, como a da influência política de igualdade. Sob contextos altamente desiguais, os mais ricos tendem a ter uma capacidade de promover as suas agendas que pode bloquear eficazmente o potencial da restante população de fazer ouvir a sua voz (para um estudo clássico sobre este assunto, consulte-se Schattschneider, 1960).

Por mais bem-sucedida que a perspectiva neoliberal possa ter sido no seu discurso sobre a inevitabilidade, a verdade é que a globalização não precisa de ser acompanhada por um *laissez faire* económico. Aqui, é importante relembrar a distinção de Steger (2003) entre globalização e globalismo: a primeira define um processo de maior integração e interdependência entre os estados em todo o mundo, enquanto o último se refere a um discurso específico que faz com que a natureza da globalização seja inevitavelmente neoliberal. Ao ter em conta a distinção entre estes dois conceitos, podemos apreciar a forma como o processo de globalização não precisa de ser acompanhado pelo neoliberalismo.

As considerações feitas até agora parecem empurrar-me em direção à abordagem transformacionalista. Na verdade, essa perspectiva tem feito críticas importantes para o processo de globalização contemporâneo. No entanto, nas políticas de reforma propostas pelos estudiosos falta certamente algum realismo. As propostas relativas à construção de uma espécie de governo mundial parecem muito improváveis numa altura em que a confiança nos organismos supranacionais se encontra contaminada pelo défice democrático desses órgãos. É verdade que os transformacionistas têm alertado para o perigo de um défice desse tipo. Ainda assim, torna-se cada vez mais difícil acreditar que



esses órgãos possam ser reformulados de forma a permitir que o público os considere totalmente legítimos, até porque esses próprios órgãos parecem resistir à reforma. Além disso, parece altamente improvável conceber um edifício dessa ordem num período em que o apoio eleitoral aos discursos nacionalistas em todo o mundo está em ascensão.

As considerações expostas tornam difícil imaginar como é que podemos encorajar um tipo de globalização que conduz a níveis mais baixos de desigualdade e pobreza. No entanto, à luz dos desenvolvimentos recentes, parece que o Estado-nação ainda pode ter um papel a desempenhar, que é provavelmente mais importante do que muitos de nós teríamos imaginado há alguns anos. À medida que um número crescente de eleitores adere à retórica nacionalista, importa reconhecer o quão importante é para cada estado ser capaz de escolher seu próprio nível de abertura ao comércio e investimentos externos, bem como as suas próprias políticas de combate à pobreza e à desigualdade.

## 5. Conclusão

Este artigo propõe apresentar e avaliar de forma crítica as principais perspetivas sobre a relação entre globalização, pobreza e desigualdade. Para tal, os autores mais importantes relacionados com esta questão foram divididos de acordo com os seus pontos de vista sobre duas dimensões (empírica, e normativa). As suas posições foram posteriormente discutidas de forma crítica, fazendo referência a alguns dos pontos fortes mais importantes e às deficiências de cada uma delas. Ao fazê-lo, este artigo prestou uma dupla contribuição para a nossa compreensão e pensamento sobre essa relação. Por um lado, sintetizou um debate muito intenso, que tem tido um grande número de publicações nos últimos anos, através da apresentação de um número de estudos influentes relativos à perspetiva mais ampla à qual se referem, tornando assim o debate muito mais claro e permitindo uma melhor compreensão das principais questões em jogo. Por outro lado, através da avaliação crítica das quatro perspetivas aqui apresentadas, o artigo contribui para a identificação de alguns dos pontos fortes das várias abordagens, alertando ao mesmo tempo para a necessidade de tomar em consideração vários argumentos, mesmo que originalmente partam de perspetivas distintas.

## Referências bibliográficas

- Berberoglu, Berch (2010). «The class nature of neoliberal globalization in the age of imperialism». In Henry Veltmeyer (ed), *Imperialism, crisis and class struggle*. Leiden: Brill, pp. 153-170.
- Cammack, Paul (2014). «Classical marxism». In Thomas G. Weiss, e Rorden Wilkinson (eds), *International organization and global governance*. Londres: Routledge, pp. 169-179.
- Dollar, David, & Kraay, Aart (2004). «Trade, growth and poverty». *The Economic Journal*. 114, pp. 22-49.
- Feldstein, Martin (1999). «Reducing poverty, not inequality». *The Public Interest*. 137, pp. 33-41.
- Fischer, Stanley (2003). «Globalization and its challenges». *American Economic Review*. 93(2), pp. 1-30.



- Friedman, Thomas (2005). *The world is flat*. Londres: Penguin Books.
- Gilpin, Robert (2001). *Global political economy: Understanding the international economic order*. Princeton: Princeton University Press.
- Held, David, & Anthony McGrew (2007). *Globalization/anti-globalization: Beyond the great divide*. Cambridge: Polity Press.
- Hirst, Paul (1997). «The global economy – myths and realities». *International Affairs*. 73(3), pp. 409-425.
- Hoogvelt, Ankie (2001). *Globalization and the postcolonial world: The new political economy of development*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Krasner, Stephen D. (1985). *Structural conflict: The third world against global liberalism*. Los Angeles: University of California Press.
- Kumbamu, Ashok (2010). «Farewell to imperialism? A critical sociological study of empire». In Henry Veltmeyer (ed), *Imperialism, crisis and class struggle*. Leiden: Brill, pp. 133-152.
- Kuznet, Simon (1955). «Economic growth and income inequality». *The American Economic Review*. 45(1), pp. 1-28.
- Lucas, Robert E. Jr. (2004). *The industrial revolution: Past and future*. Consultado em linha [1 de Novembro de 2015], disponível em <https://www.minneapolisfed.org/publications/the-region/the-industrial-revolution-past-and-future>.
- Martell, Luke (2010). *The sociology of globalization*. Cambridge: Polity Press.
- Milanovic, Branko (2006). «Global inequality: What it is and why it matters». DESA Working paper no. 26. Nova Iorque: Nações Unidas.
- Milanovic, Branko (2007). «Why we care about inequality (but are loath to admit it)». *Challenge*. 50(6), pp. 1-12.
- Milanovic, Branko (2011). «Global inequality: From class to location, from proletarians to migrants». World Bank Policy Research Working Paper 5820, Washington DC: Banco Mundial.
- Petras, James, & Veltmeyer, Henry (2011). *Beyond neoliberalism: A world to win*. Surrey: Ashgate.
- Piketty, Thomas (2014). *O capital no século XXI*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.
- Rodrik, Dani (2011). *The globalization paradox*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.
- Ravallion, Martin (2004). *Competing concepts of inequality in the globalization debate*. Policy Research Working Paper 3243, Washington DC: World Bank.
- Sala-i-Martin, Xavier (2006). «The world distribution of income: Falling poverty and... convergence, period». *The Quarterly Journal of Economics*. 121(2), pp. 351-397.
- Schattschneider, Elmer E. (1960). *The semi-sovereign people*. Boston MA: Wadsworth Cengage Learning.



Steger, Manfred B. (2003). *Globalization: A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.

Stiglitz, Joseph (2001). *Globalization and its discontents*. Londres: Penguin Books.

UNESCO (2016). *Poverty*. Consultado em linha [10 de Setembro de 2016], disponível em <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/international-migration/glossary/poverty/>

Wallerstein, Immanuel (2004). *World system analysis: An introduction*. Durham e Londres: Duke University Press.

Waltz, Kenneth (1999). «Globalization and governance». *PS: Political Science and Politics*. 32(4), pp. 693-700.

Wolf, Martin (2002). *Countries still rule the world*. Consultado em linha [16 de Outubro de 2015], disponível em <http://faculty.chicagobooth.edu/marvin.zonis/teaching/31204%20--%20The%20Politics%20of%20Interdependent%20Economies/CountriesRule.doc>.